

BANCO MERCANTIL

DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO DE 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB global foi impulsionado pelo bom desempenho das economias chinesa e indiana, não obstante o cenário de tensões comerciais. Estimativas preliminares apontam para expansão do PIB mundial da ordem de 3,3%, patamar idêntico ao registrado em 2024. Para 2026, persistem riscos intrínsecos a conflitos geopolíticos e incertezas decorrentes de tensões nas relações comerciais.

No Brasil, a atividade econômica desacelerou nos principais setores e a inflação evidenciou trajetória de queda mais acentuada nos últimos meses de 2025, em face da política monetária mantida em campo restritivo ao longo do ano.

Neste cenário, a expansão da atividade industrial, dos serviços e do comércio varejista ampliado ficou bem aquém do desempenho alcançado no ano anterior, resultando na evolução do PIB da ordem de 2,4%, ante 3,4% de 2024.

Importante destacar o bom desempenho do setor de comércio exterior, que continuou com valiosa contribuição para a atividade econômica, superando a conjuntura internacional desafiadora. Nesse contexto, as exportações alcançaram US$ 348,7 bilhões (crescimento de 3,5%). O superávit foi de US$ 68,3 bilhões, queda de 7,9%.

No que tange à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 4,26% no ano, ante 4,83% de 2024. A taxa de juros Selic foi elevada gradativamente desde agosto de 2024, até alcançar os atuais 15% a.a., constituindo o principal instrumento de combate às pressões inflacionárias.

No Sistema Financeiro Nacional, o crédito registrou crescimento de 7,9% e as provisões para risco de crédito posicionaram-se em 7,5%, até novembro de 2025 (últimos dados de mercado). Quanto às perspectivas para 2026, estimativas governamentais apontam para expansão do crédito da ordem de 8,6%.

SOBRE O MERCANTIL

O Banco Mercantil do Brasil é um banco múltiplo de médio porte, de capital privado nacional, com atuação centrada em operações de crédito e na prestação de serviços bancários para pessoas físicas, com reconhecida especialização no atendimento ao público 50+.

Com pilares de atuação bem definidos e consolidados, contemplando crédito consignado de notória qualidade, ampla oferta de produtos e serviços financeiros típicos de seu público alvo, *funding* pulverizado e com custo adequado, inovação tecnológica e atendimento multicanal humanizado, o acerto dessa estratégia tem se materializado em resultados crescentes, mesmo diante de um cenário econômico desafiador, principalmente com inflação elevada e aumento do custo do dinheiro.

Em 2025, o processo de digitalização avançou de forma consistente e sustentável, consolidando ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos. Adicionalmente, os canais digitais evoluíram em linguagem, usabilidade e funcionalidades, sendo continuamente ajustados às necessidades, preferências e características do público-alvo, ampliando a acessibilidade e a qualidade da experiência para clientes que optam por esse canal de relacionamento.

Em paralelo e em linha com a estratégia de proximidade com o cliente, a presença física foi ampliada ainda mais, alcançando 352 pontos de atendimento distribuídos estrategicamente pelo território nacional, reconhecendo a relevância do atendimento presencial para uma parcela significativa de seu público.

Ainda em linha com a estratégia de construção do mais completo ecossistema voltado ao público 50+, o Mercantil continuou avançando também na expansão da sua oferta para além dos produtos e serviços financeiros tradicionais. O Meu+, conjunto de assistências desenvolvido com foco na melhoria da qualidade de

vida dos clientes, vem construindo uma jornada pioneira e diferenciada no mercado, ampliando o repertório disponível para os clientes.

De fato, as receitas com prestação de serviço têm alcançado resultados expressivos e com elevado valor percebido pelos clientes. No ano, alcançaram R$ 955,9 milhões (significativos 11,6% da receita da intermediação financeira), puxadas, principalmente, por serviços de marketplace e de corretagem de seguros. Este desempenho evidencia a maturidade da estratégia de diversificação de receitas, bem como o fortalecimento do vínculo com os clientes.

Outro vetor estratégico relevante é o investimento permanente no desenvolvimento de pessoas. O Mercantil segue destinando recursos significativos à capacitação técnica, à formação comportamental e ao fortalecimento de sua cultura organizacional, com o objetivo de manter equipes engajadas, diversas, preparadas e buscando um alto nível de qualidade nas entregas, para responder aos desafios e demandas do segmento de público e do mercado financeiro. Tudo isso tem sido possível graças ao elevado nível de gestão empresarial, ao domínio técnico dos seus gestores sobre o negócio e à dedicação de um corpo funcional capacitado e engajado.

No contexto do fortalecimento de sua imagem institucional e a partir da consolidação da sua presença física nacional, o Mercantil implementou vigorosa campanha de comunicação, com o objetivo de consolidar o reconhecimento da marca junto ao seu público-alvo.

Assim, ao final de 2025, o Mercantil se posiciona como uma instituição consolidada, madura, moderna, rentável e preparada para a continuidade do crescimento sustentável. A estratégia central permanece inalterada, focada no público 50+, inovação e disciplina na execução, visando a geração de valor para clientes, acionistas, colaboradores e a sociedade.

- Canais de Atendimento

Persistiram esforços e investimentos para a consolidação da estratégia de transformação digital como base para seu crescimento. De fato, os favoráveis resultados alcançados refletem a execução consistente de um plano estruturado de evolução tecnológica, orientado à escalabilidade, à eficiência operacional e à centralidade do cliente, viabilizando soluções seguras, simples e acessíveis, especialmente para o público 50+.

- Aceleração Digital

App Mercantil

A evolução no App Mercantil segue sustentada por fortes investimentos em tecnologia e na experiência do usuário. O Banco mantém a infraestrutura 100% em nuvem com a parceria estratégica da Google, garantindo a estabilidade e a velocidade que nossos clientes exigem.

A consolidação da estratégia digital reflete-se em números expressivos: o App Mercantil foi responsável por 55% do total de transações, com mais de 3,2 milhões de clientes utilizando o canal e totalizando mais de 452 milhões de transações. A relevância da plataforma é evidente, com 37,5% dos produtos sendo contratados diretamente pelo aplicativo. Além disso, o engajamento do público INSS permanece alto, com 83,8% de adesão ao app, sendo 68,2% realizada no mesmo dia da abertura da conta.

Em 2025, o Banco elevou ainda mais o nível da inovação em prol da conveniência, entregando um pacote robusto de novas funcionalidades focadas em segurança, facilidade e expansão de serviços.

No que tange à segurança, foi implementado o MFA (Autenticação Multifator) na liberação de dispositivos, adicionando uma camada extra de proteção. Além disso, foi entregue o BC Protege, reforçando nosso compromisso com a prevenção a fraudes e a segurança do ecossistema financeiro.

Quanto às facilidades para o Beneficiário INSS, a jornada do nosso principal público foi simplificada mediante melhorias no desbloqueio do benefício e na portabilidade de benefício, garantindo que o cliente tenha acesso aos seus recursos de forma rápida e sem burocracia.

Na expansão de crédito e serviços, a oferta de crédito foi aprimorada com a portabilidade de crédito via *Open Finance*, oferecendo condições mais competitivas. Foi lançada também a contratação simplificada do Meu+, ampliando as vantagens para o correntista. Nos meios de pagamento e conta, o ecossistema Pix foi fortalecido com o Pix Automático, ideal para pagamentos recorrentes. Para modernizar o uso de cartões, foi disponibilizado o cartão virtual para compras online mais seguras e a adesão facilitada ao exclusivo Cartão Diamante.

Assim, o App Mercantil consolida-se não apenas como um canal transacional, mas como um "Super App" que centraliza a vida financeira do cliente, oferecendo segurança de ponta a ponta e uma experiência cada vez mais completa e integrada.

Mercantil - Canal WhatsApp

O Banco Mercantil acelerou sua evolução digital ao eleger o WhatsApp como uma das principais portas de acesso para seus clientes, utilizando um canal já presente na rotina desse público, incluindo o 50+. Essa sofisticação tornou o Banco um case global, reconhecido pela própria Meta devido à sua capacidade de gerar conversões completas dentro do ecossistema de mensageria.

Mais do que uma ferramenta, o WhatsApp consolidou-se como o pilar central da transformação da instituição, integrando tecnologia, negócios e relacionamento. Este modelo redefiniu a escalabilidade do Banco, permitindo que novas jornadas e produtos sejam implementados em ritmo acelerado. O Crédito ao Trabalhador, por exemplo, rapidamente se tornou um dos destaques do canal, provando a eficácia da plataforma em engajar novos perfis de público e diversificar a oferta de crédito com agilidade.

- ATMs

O objetivo permanece na garantia da disponibilidade do canal de autoatendimento e no aprimoramento contínuo da estrutura tecnológica**,** viabilizando soluções de negócio que potencializam estratégias de abordagem direcionadas à prospecção de clientes, ao mesmo tempo em que asseguram a continuidade do atendimento aos clientes.

Em 2025, o canal de autoatendimento registrou, em média, 5,2 milhões de transações mensais**,** sendo responsável por mais de 19 milhões de saques e 1,7 milhão de transações entre pagamentos, transferências e depósitos, além de desempenhar papel relevante na contratação de produtos**.**

Diante desse volume e diversidade de operações, os ATMs assumem papel estratégico na consolidação do relacionamento com os clientes e no suporte ao crescimento sustentável da Instituição.

- Governança Corporativa Diferenciada (IGC)

O Banco Mercantil integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3 e está listado no Segmento Nível 1, evidenciando adesão a práticas que privilegiam transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa.

Como emissor Nível 1, além das obrigações formais, a administração conduz programa estruturado de relacionamento com investidores, incluindo teleconferências e reuniões públicas, para apresentar resultados, perspectivas e indicadores de desempenho, reforçando o diálogo com acionistas e demais *stakeholders.*

A estrutura de governança também incorpora processos bem fundamentados de gestão de riscos, *compliance* regulatório e controles internos, em linha com as diretrizes prudenciais aplicáveis ao sistema financeiro. Informações adicionais estão disponíveis em https://ri.bancomercantil.com.br/.

- Desenvolvimento Sustentável

No Mercantil, a sustentabilidade permanece como um dos pilares estratégicos da Instituição, com políticas estruturadas e iniciativas contínuas voltadas à geração de valor de longo prazo e ao bem-estar coletivo.

No âmbito social, foi mantida a realização de patrocínios e doações, bem como a produção e disponibilização de conteúdos gratuitos de educação financeira, amplamente acessíveis por meio de seus canais digitais, contribuindo para a inclusão e a conscientização financeira da sociedade.

Na dimensão ambiental e climática, foi promovida a consolidação da Política de Responsabilidade Ambiental, Social e Climática (PRSAC), com a implementação de medidas voltadas à mitigação de riscos e ao aumento da eficiência operacional. Destacam-se a ampliação do uso de energia proveniente de fontes renováveis, a redução do consumo de energia e água na Sede, a manutenção de lojas digitais em modelo *paperless* e a adoção de práticas adequadas de gestão de resíduos.

No processo de concessão de crédito, persistem critérios rigorosos de avaliação de riscos socioambientais e climáticos, com consequente abstenção de financiar atividades com impactos negativos relevantes. Para reforçar seus controles, utiliza listas restritivas e alertas de órgãos oficiais, assegurando aderência às melhores práticas e à regulamentação aplicável.

No que se refere à governança, todos os contratos celebrados contemplam cláusulas socioambientais e anticorrupção. O relacionamento com terceiros observa normas internas que avaliam, de forma criteriosa, a conformidade legal, a reputação e o alinhamento aos valores institucionais do Banco.

Assim, o Mercantil segue atuando como agente de transformação, promovendo inclusão, ética, transparência e responsabilidade em suas operações e relações. Informações adicionais sobre suas práticas de sustentabilidade e governança estão disponíveis em: ri.bancomercantil.com.br/governanca-corporativa /sustentabilidade/.

- Talentos e Cultura

O fortalecimento da cultura e o desenvolvimento contínuo dos colaboradores persistem como pilares essenciais para a sustentabilidade do negócio. Em 2025, a estrutura de Gestão de Pessoas atuou estrategicamente no mapeamento de necessidades e na gestão de talentos, com o objetivo central de fortalecer o vínculo dos colaboradores com o Banco e garantir excelência de desempenho no competitivo mercado financeiro.

Os investimentos em capital humano, aliados à inovação tecnológica, consolidaram o ingresso do Mercantil na Era Digital, propiciando um ambiente corporativo moderno, dinâmico e focado na geração de resultados crescentes.

Em 2025, a Academia Mercantil foi disponibilizada para todas as empresas do grupo, registrando no acumulado do ano 314.922 participações em treinamentos e um total de 283.700 horas de capacitação (média de 78,56h por colaborador).

Destaca-se, também, que a atuação dos *Business Partners* (BPs), consultores internos de RH que atuam próximos às lideranças, foi crucial para o alinhamento entre estrutura e estratégia de negócio, envolvendo: *Design* Organizacional, Ciclo de Desenvolvimento, Gestão de Clima, Performance e Eficiência.

Coroando de êxito dos esforços na gestão de pessoas, vale citar ainda que 2025 foi marcado por reconhecimentos e premiações que reforçam nossa estratégia de colocar as pessoas no centro:
- GPTW (*Great Place to Work*): Somos a 61ª melhor empresa para trabalhar no Brasil na categoria Grandes Empresas, refletindo nosso compromisso com um ambiente saudável.
- Destaque em Saúde Mental: Recebemos o selo nacional de destaque em Saúde Mental, concedido a apenas 10 empresas entre 175 avaliadas, ratificando a construção de um ambiente seguro e acolhedor.
- Prêmio Ser Humano (ABRH): O projeto Acelera em Ação conquistou o 2º lugar no prêmio nacional da ABRH, reconhecendo-o como um dos melhores projetos do Brasil para o público jovem.

Esse cuidado dedicado aos nossos colaboradores têm proporcionado um clima organizacional cada vez mais favorável, onde a motivação e o sentimento de pertencimento são cultivados, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis para o Banco.

- Política de Equidade

O Banco Mercantil e controladas dispõem de Política de Equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei 6.404/1976.

Neste contexto, a política de contratação dispõe que o processo de indicação deverá considerar pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Como resultado desta política tem-se o seguinte cenário:
- Programas como Vagas 50+ e ações de sensibilização sobre inclusão.
- Adoção de modelo de trabalho híbrido (aplicável à sede) e melhorias na acessibilidade;
- Proporção de mulheres superior a 55%:

Exercício / Gênero	Mulheres	Homens	Total
2024	1.948	1.756	3.704
2025	2.133	1.652	3.785

Contratação e Níveis Hierárquicos

Em 2025, 949 mulheres foram contratadas (59,91% do total). Com isto, o quadro geral continua apresentando evolução em sua distribuição:

Nível Hierárquico / Gênero	31/12/2025		31/12/2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretoria	16,00%	84,00%	15,31%	84,69%
Superintendência/Gerência/Consultoria	36,29%	63,71%	34,45%	65,55%
Coordenação/Supervisão/Especialista	37,61%	62,39%	36,67%	63,33%
Administrativo	47,42%	52,58%	46,70%	53,30%
Comercial	58,17%	41,83%	50,62%	49,38%
Operacional	63,06%	36,94%	60,61%	39,39%
Estagiário	61,64%	38,36%	61,06%	38,94%
Total Geral	55,86%	44,14%	52,71%	47,29%

Cargos de Administração:

Atualmente, 16 mulheres ocupam cargos nos níveis mais altos da administração.

Remuneração Equitativa

Atrair e reter os melhores talentos é fundamental para o Mercantil. A política de remuneração, construída com base nas melhores práticas do mercado e em ferramentas globais, reflete esse compromisso.

O compromisso com a equidade salarial é contínuo. A tabela abaixo (remuneração média, segregada por sexo, para cargos de responsabilidade e complexidade similares) demonstra os avanços conquistados:

Em R$

31/12/2025	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superintendência/Gerência/Consultoria	19.566,41	21.159,87	11.301,42	10.259,96
Coordenação/Supervisão/Especialista	13.559,33	14.669,55	9.706,62	10.357,46
Administrativo	6.855,35	8.025,29	1.980,11	2.717,64
Comercial	5.830,47	6.849,99	4.621,65	5.230,54
Operacional	3.368,35	3.448,27	2.005,80	2.005,57
Estagiário	2.536,31	2.527,55		

Em R$

31/12/2024	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superintendência/Gerência/Consultoria	19.572,59	19.339,50	5.365,79	4.810,33
Coordenação/Supervisão/Especialista	13.142,87	13.960,60	7.179,00	16.599,54
Administrativo	6.539,88	7.736,89	3.052,69	787,04
Comercial	6.233,25	7.135,33	2.969,58	2.866,80
Operacional	3.195,67	3.332,53	1.366,54	1.418,58
Estagiário	2.407,95	2.402,91		

O Mercantil acredita que "Diferenças Somam", promovendo um ambiente de trabalho mais humano, empático e colaborativo. Essa abordagem fortalece o respeito às particularidades dos colaboradores e impulsiona soluções inovadoras para a empresa.

- Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo uma avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 13,5%, acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 21.

- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

- Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R$ 35,6 bilhões. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram 91,6% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R$ 6,3 bilhões (17,7% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R$ 1,1 bilhão e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R$ 5,2 bilhões.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 1,4 bilhão (4,0% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R$ 1,3 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R$ 43,8 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R$ 17,6 milhões), dentre outros menos relevantes.

Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R$ 43,7 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R$ 34,9 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R$ 30,0 bilhões (84,3% do ativo total) e estão representados, basicamente, por Depósitos no Banco Central do Brasil, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e Outros Créditos.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R$ 5,2 bilhões (14,7% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais.

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado somam R$ 630,2 milhões (1,8% do ativo total) e são compostos por títulos externos soberanos.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R$ 23,7 bilhões (66,7% do ativo total), com expansão de expressivos 36,5% no exercício, apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As provisões para perdas esperadas somam R$ 1,0 bilhão.

As principais linhas de crédito representam R$ 22,9 bilhões (96,6%) da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado (INSS, Público e Privado) R$ 16,7 bilhões (70,6%); crédito pessoal R$ 3,2 bilhões (13,3%); empréstimo Saque FGTS R$ 2,6 bilhões (11,1%); e Capital de Giro R$ 365,6 milhões (1,6%).

- Captação de Recursos

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado estão representados por captações no mercado interno no montante de R$ 30,6 bilhões, dos quais R$ 20,4 bilhões são provenientes de depósitos a prazo (crescimento de 23,1%), recursos de aceites e emissão de títulos R$ 7,2 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R$ 1,2 bilhão e instrumentos de dívida elegível a capital R$ 950,0 milhões, dentre outras. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R$ 6,5 bilhões. Desse total, R$ 950,0 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R$ 423,1 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R$ 261,9 milhões como Capital Complementar.

- Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos

O Patrimônio Líquido do Banco Múltiplo posicionou-se em R$ 2,3 bilhões, significativo crescimento de 32,4% no período.

Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 8,3 bilhões. Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R$ 7,3 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários de R$ 1,0 bilhão.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R$ 3,5 bilhões e estão compostas, basicamente, por despesas com operações de captação no mercado.

As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R$ 552,3 milhões e representam 6,7% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado da Intermediação Financeira líquido das Perdas Esperadas com Ativos Financeiros alcançou R$ 4,2 bilhões (50,7% das Receitas da Intermediação Financeira).

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R$ 955,9 milhões (11,6% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 828,5 milhões e as despesas administrativas somaram R$ 1,4 bilhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

As rubricas de despesas tributárias e outras despesas operacionais contemplaram despesas e receitas não recorrentes de transação tributária. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.4, 18.6 e 18.8.

O Lucro Líquido alcançou R$ 753,3 milhões, representando expressivos 32,9% sobre o Patrimônio Líquido do final do período.

Dividendos

No período, os dividendos aos acionistas totalizam R$ 185,0 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

- Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R$ 300.000.007,76 e, no máximo, R$ 500.000.004,14, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 cada uma, ao preço de emissão por ação de R$ 26,38, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Vide nota explicativa nº 17.1.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa 2.2.

Em 14 de janeiro de 2026, o Banco concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM, correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis. A autorização da transferência do controle societário dessa instituição foi publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2026. Vide nota explicativa nº 23.

Mercantil Financeira - A Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferiu, em 15 de janeiro de 2026, oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da controlada Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, visando o cancelamento de registro de companhia aberta como emissora de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, a sua saída do segmento básico de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Informações estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br. Vide nota explicativa nº 23.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando também as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao período findo em 31/12/2025. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 22.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil.

Belo Horizonte, março de 2026.

Administração

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000

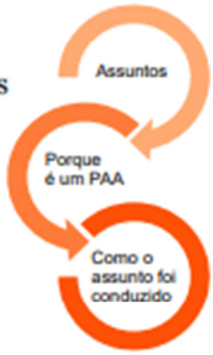
www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (d) 5, 6 e 7)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre as garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.4 (e) e 8.2)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro. Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e a análise de aderência em relação à Resolução CMN nº 4.842/20. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos relacionados à processos judiciais e administrativos (Notas 2.4 (j) e 15)	
O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Assim, a mensuração e definição de reconhecimento dos passivos para processos judiciais e administrativos, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco. Conforme descrito na Nota 15 (c), em dezembro de 2025, o Banco celebrou transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos relacionados aos processos judiciais e administrativos e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências. Efetuamos testes, em base amostral, sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Realizamos testes da avaliação de risco dos principais processos de acordo com a sua natureza.

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Federal do Brasil, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 15 (c). Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos principais processos judiciais e administrativos sobre a probabilidade de perda. Obtivemos o Termo de Transação Individual celebrado pelo Banco com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em dezembro de 2025, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 15 (c), e testamos a sua liquidação financeira e os correspondentes registros contábeis decorrentes dessa transação tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações. Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável. Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados ao acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados. Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Banco Mercantil do Brasil S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Docusign Envelope ID: F7FF8ECA-341C-4506-9E82-2B4CBADB7E79

Banco Mercantil do Brasil S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	
		Banco	Consolidado
Disponibilidades	**4**	**1.045.456**	**1.063.077**
Instrumentos Financeiros		**30.923.534**	**31.498.611**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**5**	**1.236.775**	**1.423.798**
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.236.775	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	**6**	**-**	**88.141**
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	-	88.141
Ao custo amortizado	**7**	**29.686.759**	**29.986.672**
Depósitos no Banco Central do Brasil	7.1	1.185.771	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	5.401.998	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	1.055.108	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	23.028.084	23.721.846
(Provisão para perdas esperadas)	7.4.e)	(993.646)	(1.007.013)
Outros Ativos Financeiros	7.6	9.444	219.226
Ativos Fiscais	**8**	**1.552.580**	**1.665.098**
Correntes	8.1	217.622	271.084
Diferidos	8.2	1.334.958	1.394.014
Outros valores e bens	**9**	**65.832**	**46.870**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		46.870	46.870
Investimentos Mantidos para Venda		18.962	-
Outros Ativos	**10**	**389.175**	**428.774**
Investimentos	**11**	**1.058.227**	**23.073**
Imobilizado	**12**	**564.787**	**625.119**
Intangível	**13**	**210.953**	**212.558**
Total do Ativo		35.810.544	35.563.180

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	
		Banco	Consolidado
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**14**	**31.061.335**	**30.601.989**
Depósitos	14.1	21.335.019	21.121.503
Captações no Mercado Aberto	14.2	42.999	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.3	5.588.408	7.197.741
Relações Interfinanceiras		98.466	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	3.042.851	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.4	949.675	949.675
Outros Passivos Financeiros		3.917	4.496
Provisões	**15**	**303.797**	**322.798**
Passivos Fiscais		**784.592**	**836.836**
Correntes	8.4	768.663	814.922
Diferidos		15.929	21.914
Outros Passivos	**16**	**1.370.777**	**1.472.267**
Patrimônio Líquido	**17**	**2.290.043**	**2.329.290**
Capital Social	17.1	807.203	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	43.375	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.444.514	1.444.514
Outros Resultados Abrangentes		(1.219)	(1.219)
Participação dos Não Controladores		-	39.247
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		35.810.544	35.563.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2025		31/12/2025	
		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira		**4.520.196**	**4.540.653**	**8.225.263**	**8.259.522**
Operações de Crédito	7.4.d)	3.866.154	3.940.585	7.117.998	7.262.247
Resultado de Operações de Câmbio		(109)	(109)	(109)	(109)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	5.1.d)/6.1.d)/7.2.b)/7.3.c)	600.229	546.255	1.076.058	965.615
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	16.734	16.734	(12.701)	(12.701)
Resultado das Aplicações Compulsórias		37.188	37.188	44.017	44.470
Despesas da Intermediação Financeira	14.5	**(2.103.051)**	**(1.995.323)**	**(3.708.969)**	**(3.513.162)**
Resultado líquido da Intermediação Financeira		**2.417.145**	**2.545.330**	**4.516.294**	**4.746.360**
Perdas esperadas de ativos financeiros		**(309.728)**	**(313.260)**	**(549.612)**	**(552.347)**
Perda esperada com operações de crédito	7.4.e)	(309.728)	(313.260)	(549.612)	(552.347)
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		**2.107.417**	**2.232.070**	**3.966.682**	**4.194.013**
Outras receitas (despesas) operacionais	**18**	**(2.521.015)**	**(2.628.834)**	**(3.843.548)**	**(3.965.738)**
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	83.993	546.470	201.434	955.876
Resultado de Participações em Controladas	11.1	392.577	-	639.299	-
Despesas de Pessoal	18.2	(404.101)	(463.846)	(728.711)	(828.497)
Despesas Administrativas	18.3	(784.188)	(779.259)	(1.406.855)	(1.399.354)
Despesas Tributárias	18.4	(808.922)	(910.990)	(924.504)	(1.060.853)
Outras Receitas Operacionais	18.5	73.767	90.939	117.371	145.069
Outras Despesas Operacionais	18.6	(937.321)	(972.905)	(1.502.158)	(1.532.886)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(136.820)	(139.243)	(239.424)	(245.093)
Resultado antes dos impostos		**(413.598)**	**(396.764)**	**123.134**	**228.275**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.3**	**683.667**	**677.451**	**630.181**	**545.110**
Provisão para Imposto de Renda		55.656	23.701	835	(74.049)
Provisão para Contribuição Social		33.385	24.203	814	(25.305)
Ativo Fiscal Diferido		594.626	629.547	628.532	644.464
Participação dos não controladores		**-**	**(10.618)**	**-**	**(20.070)**
Lucro Líquido do Período/Exercício		270.069	270.069	753.315	753.315
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)					
Ações ordinárias		2,5848		7,2099	
Ações preferenciais		2,5848		7,2099	
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R$ mil)					
Ações ordinárias		168.415		469.768	
Ações preferenciais		101.654		283.547	
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		65.155.744		65.155.744	
Ações preferenciais		39.327.336		39.327.336	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Lucro Líquido do Período/Exercício	**270.069**	**270.069**	**753.315**	**753.315**
Outros Resultados Abrangentes	**(2.665)**	**(2.665)**	**(8.058)**	**(8.058)**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o Resultado	**(2.665)**	**(2.665)**	**(8.058)**	**(8.058)**
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(421)	(5.207)	788	(15.370)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - De Controladas	(2.433)	-	(8.491)	-
Efeito Fiscal	189	2.542	(355)	7.312
Resultado abrangente Total do Período/Exercício	**267.404**	**267.404**	**745.257**	**745.257**
Lucro Atribuível ao Controlador	267.404	256.786	745.257	725.187
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	10.618	-	20.070

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Estatutárias						
Saldos em 31/12/2024	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**1.078.349**	**6.839**	**-**	**(3.830)**	**2.088.306**	**37.925**	**2.126.231**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021[(I)]	-	-	-	-	-	(358.491)	-	**(358.491)**	(195)	**(358.686)**
Absorção dos efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(358.491)	-	358.491	-	-	-	-
Saldos em 01/01/2025	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**719.858**	**6.839**	**-**	**(3.830)**	**1.729.815**	**37.730**	**1.767.545**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(8.058)	-	-	**(8.058)**	-	**(8.058)**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	753.315	-	**753.315**	20.070	**773.385**
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.553)	**(18.553)**
Destinações:										
Reservas	-	-	37.666	530.620	-	(568.286)	-	-	-	-
Dividendos Deliberados, Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(185.029)	-	(185.029)	-	(185.029)
Saldos em 31/12/2025	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.250.478**	**(1.219)**	**-**	**(3.830)**	**2.290.043**	**39.247**	**2.329.290**
Mutações do Período	**-**	**-**	**37.666**	**172.129**	**(8.058)**	**-**	**-**	**201.737**	**1.322**	**203.059**

[(I)] Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito na nota 2.3.

Saldos em 30/06/2025	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**719.858**	**1.446**	**343.605**	**(3.830)**	**2.068.027**	**38.870**	**2.106.897**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(2.665)	-	-	**(2.665)**	-	**(2.665)**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	270.069	-	**270.069**	10.618	**280.687**
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(10.241)	**(10.241)**
Destinações:										
Reservas	-	-	37.666	530.620	-	(568.286)	-	**-**	-	**-**
Reversão de provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	139.641	-	**139.641**	-	**139.641**
Dividendos Deliberados, Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(185.029)	-	**(185.029)**	-	**(185.029)**
Saldos em 31/12/2025	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.250.478**	**(1.219)**	**-**	**(3.830)**	**2.290.043**	**39.247**	**2.329.290**
Mutações do Período	**-**	**-**	**37.666**	**530.620**	**(2.665)**	**(343.605)**	**-**	**222.016**	**377**	**222.393**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(413.598)**	**(396.764)**	**123.134**	**228.275**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**150.945**	**549.732**	**351.734**	**1.002.467**
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	143.400	146.484	256.230	263.073
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	309.728	313.260	549.612	552.347
Provisão / (Reversão) para Perdas em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	381	381	270	270
Depreciações e Amortizações	116.481	120.531	223.276	229.737
Atualizações Monetárias Ativas	(26.468)	(41.542)	(38.355)	(63.030)
Resultado de Participações em Controladas	(392.577)	-	(639.299)	-
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	10.618	-	20.070
Variações em Ativos e Passivos	**(1.830.120)**	**(1.283.450)**	**(325.681)**	**(61.720)**
(Aumento) / Redução em Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	54.790	95.461	91.696	48.202
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(224.564)	(122.809)	(245.034)	36.070
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(227.209)	(227.209)	(608.783)	(608.783)
Operações de Crédito e Outros Créditos	(4.851.890)	(4.788.686)	(6.935.673)	(6.946.445)
Outros Ativos Financeiros	17.754	(66.002)	7.636	(141.398)
Ativos Fiscais	(69.216)	(100.893)	(25.409)	(60.415)
Outros Ativos	40.677	24.567	74.800	59.642
(Redução) / Aumento em Passivos				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	2.749.722	3.253.196	6.783.435	7.123.938
Provisões	(237.902)	(258.295)	(219.275)	(239.578)
Passivos Fiscais	813.181	876.841	824.958	887.394
Outros Passivos	151.408	169.476	43.996	49.221
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(46.871)	(139.097)	(118.028)	(269.568)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(2.092.773)**	**(1.130.482)**	**149.187**	**1.169.022**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	384.919	384.919	384.962	384.962
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	4.600	4.600
Alienação de Investimentos	-	-	609	103
Alienação de Imobilizado	183	183	241	304
Alienação de intangível	703	703	703	703
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	(237.193)	(237.193)
Aquisição de Investimentos	-	-	-	(4.500)
Aquisição de Imobilizado	(35.446)	(42.030)	(73.621)	(81.743)
Aquisição de Intangível	(61.404)	(62.999)	(121.654)	(123.249)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	725.010	-	811.495	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**1.013.965**	**280.776**	**770.142**	**(56.013)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	1.212.372	1.212.372	1.212.372	1.212.372
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	101.000	101.000	170.941	170.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.531)	(11.415)	(115.855)	(134.190)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**1.311.841**	**1.301.957**	**1.267.458**	**1.249.123**
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**233.033**	**452.251**	**2.186.787**	**2.362.132**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período/Exercício	5.814.456	5.844.723	3.860.702	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período/Exercício	6.047.489	6.296.974	6.047.489	6.296.974
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**233.033**	**452.251**	**2.186.787**	**2.362.132**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
1 - RECEITAS	**3.294.087**	**3.752.653**	**6.252.874**	**7.030.141**
Intermediação Financeira	4.520.196	4.540.653	8.225.263	8.259.522
Prestação de Serviços	83.993	546.470	201.434	955.876
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(309.728)	(313.260)	(549.612)	(552.347)
Outras	(1.000.374)	(1.021.210)	(1.624.211)	(1.632.910)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(2.103.051)**	**(1.995.323)**	**(3.708.969)**	**(3.513.162)**
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(665.977)**	**(656.969)**	**(1.180.561)**	**(1.166.545)**
Materiais, Energia e Outros	(26.646)	(28.065)	(51.713)	(54.232)
Serviços de Terceiros	(308.937)	(299.191)	(550.514)	(539.993)
Outros	**(330.394)**	**(329.713)**	**(578.334)**	**(572.320)**
Comunicações	(7.126)	(7.140)	(13.248)	(13.348)
Processamento de Dados	(164.590)	(157.130)	(295.564)	(280.957)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(81.832)	(82.321)	(115.839)	(116.660)
Serviços do Sistema Financeiro	(12.426)	(12.838)	(26.336)	(27.006)
Transportes	(24.081)	(24.336)	(50.054)	(50.323)
Seguros	(15.449)	(15.866)	(30.088)	(30.898)
Outros	(24.890)	(30.082)	(47.205)	(53.128)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**525.059**	**1.100.361**	**1.363.344**	**2.350.434**
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**(116.481)**	**(120.531)**	**(223.276)**	**(229.737)**
Depreciações e Amortizações	(116.481)	(120.531)	(223.276)	(229.737)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	**408.578**	**979.830**	**1.140.068**	**2.120.697**
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**392.577**	**-**	**639.299**	**-**
Resultado de Participações em Controladas	392.577	-	639.299	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**801.155**	**979.830**	**1.779.367**	**2.120.697**
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**801.155**	**979.830**	**1.779.367**	**2.120.697**
Pessoal	**353.127**	**403.087**	**632.518**	**715.945**
Remuneração Direta	280.282	325.599	494.359	569.825
Benefícios	57.460	61.047	109.818	115.967
FGTS	15.385	16.441	28.341	30.153
Impostos, Taxas e Contribuições	**176.229**	**294.297**	**390.516**	**628.295**
Federais	168.460	273.425	373.840	590.019
Estaduais	16	19	24	31
Municipais	7.753	20.853	16.652	38.245
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.730**	**1.759**	**3.018**	**3.072**
Aluguéis	1.730	1.759	3.018	3.072
Remuneração de Capitais Próprios	**270.069**	**280.687**	**753.315**	**773.385**
Dividendos	45.388	45.388	185.029	185.029
Lucros Retidos do Período/Exercício	224.681	224.681	568.286	568.286
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	10.618	-	20.070

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 176, §4º, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R$ mil, exceto quando especificado de outra forma, de maneira geral, considera-se o arredondamento (1 para cima e 1 para baixo), seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração conforme estabelece o art. 5º da Resolução 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 03/03/2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei n° 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente (Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação %
		Dez / 2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento [II]	Financeira	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários[IV]	MBC	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A.[I]	Domo	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário [V]	MB FII	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. [V]	MACS	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda. [III] [V]	Altivis	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. [III] [V]	Dente Vitta	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. [III] [V]	Geração Saber	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. [III] [V]	Maturitec	95,00
Viva Notícias Ltda. [III] [V]	Viva	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. [III] [V]	Pet Nacional	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. [III] [V]	Conecta Saúde	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. [III] [V]	Total Prev	95,00

[I] Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.1).

[II] Denominação social alterada de Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, conforme AGE realizada em 11 de setembro de 2025 e homologada pelo Bacen em 06 de outubro de 2025.

[III] Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.

[IV] A Controlada MBC concluiu em 14/01/2026 a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "controlada"), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

[V] Controladas Indiretamente.

2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balanço Patrimonial - Banco	31/12/2024	Ajustes Res nº 4.966/21		01/01/2025
		Classificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.304.575	-	-	1.304.575
Instrumentos Financeiros	22.136.219	-	(651.801)	21.484.418
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.202.143	-	-	1.202.143
Títulos e Valores Mobiliários	1.202.143	-	-	1.202.143
Ao custo amortizado	20.934.076	-	(651.801)	20.282.275
Depósitos no Banco Central do Brasil	576.988	-	-	576.988
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.047.788	-	-	3.047.788
Títulos e Valores Mobiliários	1.012.166	(20.124)	-	992.042
Operações de Crédito e Outros Créditos	16.652.449	20.124	20.188	16.692.761
(Provisão para perdas esperadas)	(372.395)	-	(671.989)	(1.044.384)
Outros Ativos Financeiros	17.080	-	-	17.080
Ativos Fiscais	605.329	-	293.310	898.639
Correntes	208.129	-	-	208.129
Diferidos	397.200	-	293.310	690.510
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	51.740	-	-	51.740
Outros Ativos	470.995	-	-	470.995
Investimentos	1.213.112	-	-	1.213.112
Imobilizado	144.106	-	-	144.106
Intangível	164.540	-	-	164.540
Total do Ativo	26.090.616	-	(358.491)	25.732.125
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	22.894.587	-	-	22.894.587
Ao custo amortizado	22.894.587	-	-	22.894.587
Provisões	266.842	-	-	266.842
Passivos Fiscais	79.311	-	-	79.311
Outros Passivos	761.570	-	-	761.570
Patrimônio Líquido	2.088.306	-	(358.491)	1.729.815
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	26.090.616	-	(358.491)	25.732.125

Balanço Patrimonial - Consolidado	31/12/2024	Ajustes Res nº 4.966/21		01/01/2025
		Classificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.311.041	-	-	1.311.041
Instrumentos Financeiros	22.635.860	-	(651.525)	21.984.335
Ao valor justo por meio do resultado	-	94.302	13.284	107.586
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.752.400	(94.302)	(5.939)	1.652.159
Ao custo amortizado	20.883.460	-	(658.870)	20.224.590
Depósitos no Banco Central do Brasil	576.988	-	-	576.988
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.674.749	-	-	2.674.749
Títulos e Valores Mobiliários	814.429	(240.139)	-	574.290
Operações de Crédito e Outros Créditos	17.116.550	240.139	20.790	17.377.479
(Provisão para perdas esperadas)	(377.084)	-	(679.660)	(1.056.744)
Outros Ativos Financeiros	77.828	-	-	77.828
Ativos Fiscais	661.402	-	298.817	960.219
Correntes	228.166	-	-	228.166
Diferidos	433.236	-	298.817	732.053
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	51.740	-	-	51.740
Outros Ativos	425.386	-	-	425.386
Investimentos	18.676	-	-	18.676
Imobilizado	152.676	-	-	152.676
Intangível	164.639	-	-	164.639
Total do Ativo	25.421.420	-	(352.708)	25.068.712
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	22.094.738	-	-	22.094.738
Ao custo amortizado	22.094.738	-	-	22.094.738
Provisões	299.303	-	-	299.303
Passivos Fiscais	113.678	-	5.978	119.656
Correntes	105.500	-	-	105.500
Diferidos	8.178	-	5.978	14.156
Outros Passivos	787.470	-	-	787.470
Patrimônio Líquido	2.126.231	-	(358.686)	1.767.545
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.421.420	-	(352.708)	25.068.712

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

- **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

- **Operações em Moeda Estrangeira**

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio aplicável era: US$ 1,00 = R$ 5,5024.

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rúbricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rúbricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rúbricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, os Instrumentos Financeiros Derivativos podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de valor justo - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja

moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada desta operação, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados de ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/2023, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexo I da Resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei n° 14.183/21.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do respectivo bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- Imóveis para renda

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- Imobilizado de Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos a valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como "Bens de direito de uso" em contrapartida às "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Banco realiza análise para verificar se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável. Neste caso é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* em contrapartida com o resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

m) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

n) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- Provisão para Perdas Esperadas *(Impairment)*: o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- Ativos e Passivos Contingentes: as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balanço Patrimonial	Financeiras [I]	Intermediação de Seguros e Negócios	*Marketplace* [II]	Outros [III]	Eliminações	Dez / 25
Disponibilidades	1.045.456	156	3.565	18.407	(4.507)	**1.063.077**
Instrumentos financeiros	31.718.908	86.189	158.032	2.080.017	(2.544.535)	**31.498.611**
Ativos fiscais	1.628.765	44.042	12.672	5.387	(25.768)	**1.665.098**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	46.870	-	-	-	-	**46.870**
Outros ativos	392.276	52.466	12.523	374	(28.865)	**428.774**
Investimentos	355.834	15.563	11.878	1.940	(362.142)	**23.073**
Imobilizado	564.873	56.423	886	2.937	-	**625.119**
Intangível	210.953	-	1.592	13	-	**212.558**
Ativo Total	**35.963.935**	**254.839**	**201.148**	**2.109.075**	**(2.965.817)**	35.563.180
Passivos financeiros	31.122.356	-	-	1.603.766	(2.124.133)	**30.601.989**
Provisões	320.547	2.060	-	191	-	**322.798**
Passivos fiscais	808.447	33.871	18.962	1.324	(25.768)	**836.836**
Outros passivos	1.384.231	90.593	(1.005)	27.313	(28.865)	**1.472.267**
Patrimônio Líquido	2.328.354	128.315	183.191	476.481	(787.051)	**2.329.290**
Passivo Total	**35.963.935**	**254.839**	**201.148**	**2.109.075**	**(2.965.817)**	35.563.180

DRE	Financeiras [I]	Intermediação de Seguros e Negócios	*Marketplace* [II]	Outros [III]	Eliminações	Dez / 2025
Receitas da Intermediação Financeira	8.359.457	33.504	57.728	301.318	(492.485)	8.259.522
Despesas da Intermediação Financeira	(3.715.631)	-	-	(172.941)	375.410	(3.513.162)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	**4.643.826**	**33.504**	**57.728**	**128.377**	**(117.075)**	**4.746.360**
(-) Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(552.347)	-	-	-	-	(552.347)
Resultado Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros	**4.091.479**	**33.504**	**57.728**	**128.377**	**(117.075)**	**4.194.013**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(3.993.631)**	**229.601**	**408.427**	**(6.427)**	**(603.708)**	**(3.965.738)**
Receita de Prestação de Serviços	199.878	344.778	463.583	36.897	(89.260)	955.876
Resultado de Participações em Controladas	602.805	1.028	(73)	(52)	(603.708)	-
Despesas de Pessoal	(751.307)	(55.269)	(5.813)	(16.108)	-	(828.497)
Outras Despesas Administrativas	(1.430.154)	(16.050)	(13.588)	(16.603)	77.041	(1.399.354)
Despesas Tributárias	(977.231)	(43.019)	(32.352)	(8.251)	-	(1.060.853)
Outras Receitas Operacionais	144.027	407	388	348	(101)	145.069
Outras Despesas Operacionais	(1.536.767)	(2.063)	(3.718)	(2.658)	12.320	(1.532.886)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(244.882)	(211)	-	-	-	(245.093)
Resultado antes dos impostos	**97.848**	**263.105**	**466.155**	**121.950**	**(720.783)**	**228.275**
IR e CS	657.718	(43.061)	(67.580)	(1.967)	-	545.110
Participações dos não Controladores	(2.252)	-	(17.816)	-	(2)	(20.070)
Lucro Líquido	**753.314**	**220.044**	**380.759**	**119.983**	**(720.785)**	753.315

[I] Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.
[II] Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.
[III] Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Disponibilidades	**1.045.456**	**1.063.077**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**5.002.033**	**5.233.897**
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada [(I)]	4.969.857	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.176	32.176
Total	**6.047.489**	**6.296.974**

[(I)] Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estão apresentadas como "Posição bancada" - Nota 7.2.

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Banco	Dez / 2025			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.235.015	1.256	-	1.236.271
Debêntures	506	-	(2)	504
Total	**1.235.521**	**1.256**	**(2)**	**1.236.775**

Consolidado	Dez / 2025			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.343.266	1.353	-	1.344.619
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	52.554	(101)	(8.633)	43.820
Certificado de Recebíveis Imobiliários	20.766	(3.180)	(30)	17.556
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.215	-	(13)	8.202
Nota Comercial	4.155	-	(13)	4.142
Debêntures	5.492	-	(33)	5.459
Total	**1.434.448**	**(1.928)**	**(8.722)**	**1.423.798**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Até 1 ano	297.153	326.734
De 1 a 2 anos	197.354	197.480
De 2 a 3 anos	72.730	99.971
De 3 a 4 anos	42.014	54.205
De 4 a 5 anos	627.524	737.641
Acima de 5 anos	-	7.767
Total	**1.236.775**	**1.423.798**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais

feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Banco	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Dez / 2025
Estágio 1	**(2)**	**-**	**-**	**-**	**(2)**
Debêntures	(2)	-	-	-	**(2)**
Total	**(2)**	**-**	**-**	**-**	**(2)**

Consolidado	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Dez / 2025
Estágio 1	**(379)**	**(3.357)**	**(166)**	**804**	**(3.098)**
Debêntures	(2)	(3)	(31)	3	**(33)**
Nota Comercial	-	3	(21)	5	**(13)**
CRA	(358)	(3.311)	(114)	774	**(3.009)**
CDCA	-	(18)	-	5	**(13)**
CRI	(19)	(28)	-	17	**(30)**
Estágio 3	**(562)**	**(5.062)**	**-**	**-**	**(5.624)**
CRA	(562)	(5.062)	-	-	(5.624)
Total	**(941)**	**(8.419)**	**(166)**	**804**	**(8.722)**

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	181.519	230.231
Total	**181.519**	**230.231**

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Consolidado	Dez / 2025
Cotas de Fundo Imobiliário	43.668
Fundo de investimentos em direitos creditórios	34.909
Fiagro	906
Funcine	1.609
Cotas de Fundo de Investimento	379
Fundo de Investimento em Cotas	901
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	5.769
Total	**88.141**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Consolidado	Dez / 2025
Indeterminado	53.232
Até 1 ano	17.861
De 2 a 3 anos	17.048
Total	**88.141**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Consolidado	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Dez / 2025
Estágio 1	**(136)**	**136**	**-**
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total	**(136)**	**136**	**-**

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao valor justo por meio do Resultado	-	10.659
Total	**-**	**10.659**

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação *(trading)* e carteira bancária *(banking)*. São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os Instrumentos financeiros derivativos do Banco e Consolidado são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Dez / 2025	
	Valor de Referência	Valor Justo
Contrato de Futuro – DI [(I)] Posição passiva Taxa de Juros	10.661.764	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice [(II)] Posição ativa – Ibovespa	1.881	1.911
Contrato de Futuro – Dólar [(III)] Posição passiva - Moeda estrangeira	131	132
Total	**10.663.776**	**10.666.932**

[(I)] A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.
[(II)] A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.
[(III)] A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	10.661.764	**10.661.764**
Contrato de Futuro – Mini-Índice	1.881	-	**1.881**
Contrato de Futuro – Dólar	131	-	**131**
Total	**2.012**	**10.661.764**	**10.663.776**

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo

Hedge de valor justo	Dez / 2025	
	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo
Objeto de *Hedge* – Carteira de Ativos [(I)]	9.829.219	9.859.797
Instrumento de *Hedge* – Taxa de Juros	9.859.791	9.859.791

[(I)] A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge,* que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de hedge e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos, no Banco e Consolidado, são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" conforme segue:

Descrição	Dez / 2025		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	474.543	(487.731)	(13.188)
Contrato de Futuro – DAP	382	(432)	(50)
Contrato de Futuro – Dólar	1.298	(920)	378
Contrato de Futuro – Mini-Índice	985	(826)	159
Total	**477.208**	**(489.909)**	**(12.701)**

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Os Depósitos no Banco Central do Brasil, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	Dez / 2025
Conta de Pagamento Instantâneo	511.085
Depósito a Prazo	639.321
Depósito de Poupança	21.093
Direcionamento Microcrédito	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	5.000
Total	**1.185.771**

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Aplicações no mercado aberto	**4.999.999**	**5.201.721**
Posição bancada	**4.969.857**	**5.201.721**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.669.858	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	2.299.999	2.299.999
Títulos Privados	-	201.722
Posição financiada	**30.142**	**-**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.142	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**401.999**	**34.922**
Total	**5.401.998**	**5.236.643**
Circulante	5.360.153	5.194.798
Não circulante	41.845	41.845

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "Captação no Mercado Aberto – Carteira de Terceiros" (vide nota nº 14.2), que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de terceiros.

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Aplicações no mercado aberto	**612.252**	**612.252**
Posição bancada	601.239	601.239
Posição financiada	11.013	11.013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**109.915**	**58.322**
Total	**722.167**	**670.574**

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado:

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Títulos Externos Soberanos	630.199	630.199
Debêntures	424.909	-
Total	**1.055.108**	**630.199**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento:

Prazo	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Até 1 ano	630.199	630.199
Acima de 5 anos	424.909	-
Total	**1.055.108**	**630.199**

Os Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao custo amortizado	172.372	54.151
Total	**172.372**	**54.151**

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Empréstimos e Financiamentos	**22.753.873**	**23.221.312**
Empréstimo Consignado [I]	16.685.891	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	2.240.491	2.637.606
Crédito Pessoal	3.157.040	3.157.040
Capital de Giro	365.603	365.603
Cheque Especial	94.533	94.533
Cartão de Crédito	27.505	27.505
Conta Garantida	19.877	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	162.933	164.608
Outros Créditos	**243.633**	**469.956**
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	143.334	142.905
Devedores por compra de valores e bens	47.098	47.098
Titulos e créditos a receber	53.201	279.952
Subtotal	**22.997.506**	**23.691.268**
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de *Hedge* [II]	30.578	30.578
Total	**23.028.084**	**23.721.846**

[I] Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.
[II] O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 6.2.). A operação de Hedge é realizada para o Empréstimo Consignado e Empréstimo Saque FGTS.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Vencimento	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Curso Normal	**21.701.332**	**22.384.834**
Até 1 ano	8.606.792	8.944.505
De 1 ano até 5 anos	10.455.235	10.776.023
Acima de 5 anos	2.639.305	2.664.305
Curso Anormal	**1.296.174**	**1.306.434**
Parcelas vincendas	**823.552**	**831.762**
Até 1 ano	467.153	469.987
De 1 ano até 5 anos	306.163	311.477
Acima de 5 anos	50.236	50.298
Parcelas vencidas	**472.622**	**474.672**
Até 1 ano	458.257	460.222
De 1 ano até 5 anos	14.365	14.450
Total	**22.997.506**	**23.691.268**

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**15.489.668**	**339.215**	**874.994**	**16.703.877**
Constituição / Reversão	6.327.603	(41.316)	524.141	**6.810.428**
Transferência para Estágio 1	278.263	(50.191)	(228.072)	-
Transferência para Estágio 2	(12.454)	51.201	(38.747)	-
Transferência para Estágio 3	(249.923)	(3.570)	253.493	-
Baixa para prejuízo	-	-	(516.799)	**(516.799)**
Saldo em 31/12/2025	**21.833.157**	**295.339**	**869.010**	**22.997.506**

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**16.160.687**	**341.096**	**886.812**	**17.388.595**
Constituição / Reversão	6.337.253	(41.432)	526.897	**6.822.718**
Transferência para Estágio 1	280.754	(50.902)	(229.852)	-
Transferência para Estágio 2	(12.483)	51.634	(39.151)	-
Transferência para Estágio 3	(249.928)	(3.587)	253.515	-
Baixa para prejuízo	-	-	(520.045)	**(520.045)**
Saldo em 31/12/2025	**22.516.283**	**296.809**	**878.176**	**23.691.268**

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Rendas de empréstimos	7.110.811	7.209.901
Rendas de financiamentos	3.493	3.493
Outros Créditos	3.695	48.854
Total	**7.117.998**	**7.262.247**

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**87.081**	**154.162**	**803.141**	**1.044.384**
Constituição / Liquidação	295.562	(53.746)	224.245	**466.061**
Transferência para Estágio 1	3.498	(496)	(3.002)	**-**
Transferência para Estágio 2	(3.163)	19.146	(15.983)	**-**
Transferência para Estágio 3	(249.853)	(3.558)	253.411	-
Baixa para prejuízo	-	-	(516.799)	**(516.799)**
Saldo em 31/12/2025	**133.125**	**115.508**	**745.013**	**993.646**

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	**90.283**	**154.909**	**811.552**	**1.056.744**
Constituição / Liquidação	298.634	(54.082)	225.762	**470.314**
Transferência para Estágio 1	3.613	(527)	(3.086)	**-**
Transferência para Estágio 2	(3.172)	19.319	(16.147)	**-**
Transferência para Estágio 3	(249.857)	(3.569)	253.426	**-**
Baixa para prejuízo	-	-	(520.045)	**(520.045)**
Saldo em 31/12/2025	**139.501**	**116.050**	**751.462**	**1.007.013**

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados geraram um efeito no resultado de R$ 82.550 no Banco e R$ 82.033 no Consolidado.

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue:

Descrição	dez/25			
	Banco		Consolidado	
	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito – OPEA[I]	1.843.895	1.812.743	-	-
Cessão de Crédito - Outras[II]	1.665.074	1.230.108	1.665.074	1.230.108
Total	**3.508.969**	**3.042.851**	**1.665.074**	**1.230.108**

[I] Operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos onde o Banco adquiriu 100% das cotas subordinadas das Debêntures através da sociedade securitizadora de objeto específico que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.
[II] Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Títulos e Créditos a receber [I]	5.050	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	1.116	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	3.278	3.773
Total	**9.444**	**219.226**
Circulante	4.453	12.156
Não circulante	4.991	207.070

[I] Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R$ 5.894 e no consolidado R$ 7.200.

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
IRPJ/CSLL - repetição indébito [I]	28.964	36.693
IRPJ / CSLL [II]	615	43.319
COFINS – Lei nº 9.718/98 [III]	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	67.991	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	118.231	129.948
Outros	1.821	1.820
Total	**217.622**	**271.084**
Circulante	215.231	266.899
Não circulante	2.391	4.185

[I] O Banco é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

[II] Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

[III] O valor da COFINS decorria de ação judicial transitada em julgado em 2010, em que restou reconhecido que sua incidência deveria ocorrer apenas sobre uma base de cálculo reduzida, e não sobre a totalidade das receitas auferidas, além de reaver valores pagos a maior, decorrente dessa diferença. Não obstante a avaliação de risco pela Administração, com base em parecer de seus consultores jurídicos externos, ser classificada como remota, exceto quanto ao processo nº 1011346-45.2019.4.01.3800, cuja classificação foi revista de remota para possível, o Banco optou por adotar uma solução definitiva para o encerramento dos litígios. Nesse contexto, o Banco celebrou transação tributária individual conjunta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), abrangendo a totalidade dos processos administrativos e judiciais relacionados às controvérsias: (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/1998, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/1989. A transação individual foi formalizada com amparo na Lei nº 13.988/20 e na Portaria PGFN nº 6.757/22, com modificações posteriores, contemplando os benefícios legais aplicáveis e proporcionando maior segurança jurídica e previsibilidade quanto aos efeitos econômico-financeiros das Controvérsias (vide nota explicativa nº 18.8.). Assim, o saldo a compensar relativamente ao tema foi baixado e reconhecido no resultado do período.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Banco	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Diferenças temporárias	**671.045**	**1.497.259**	**(1.286.452)**	**881.852**
Provisão para perda esperada	489.125	248.475	(38.808)	698.792
Provisão para Contingências	109.981	579.433	(566.887)	122.527
MTM	13.782	-	(13.782)	-
Outras diferenças temporárias	58.157	669.351	(666.975)	60.533
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (II)	**19.465**	**433.641**	**-**	**453.106**
Total	690.510	1.930.900	(1.286.452)	1.334.958

Consolidado	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Diferenças temporárias	**705.726**	**1.503.931**	**(1.304.451)**	**905.206**
Provisão para perda esperada	497.776	248.838	(39.350)	707.264
Provisão para Contingências	116.116	579.811	(568.458)	127.469
MTM	13.914	1.476	(13.914)	1.476
Outras diferenças temporárias	77.920	673.806	(682.729)	68.997
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (II)	**26.124**	462.888	(304)	**488.708**
MP nº 2.158/01 (I)	**203**	-	(103)	**100**
Total	732.053	1.966.819	(1.304.858)	1.394.014

(I) A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.
(II) Crédito tributário constituído em dezembro de 2025, relativo ao acordo firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (Vide Nota Explicativa nº 18.8).

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Banco	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	MP 2.158-35/01	Total
2026	474.406	49.389	-	**523.795**
2027	84.231	187.051	-	**271.282**
2028	95.597	216.665	-	**312.262**
2029	57.662	-	-	**57.662**
2030 a 2032	169.957	-	-	**169.957**
Total em 31/12/2025	**881.853**	**453.105**	**-**	1.334.958
Valor Presente	**646.792**	**312.166**	**-**	958.958

Consolidado	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	MP 2.158-35/01	Total
2026	478.101	56.282	-	**534.383**
2027	87.482	194.382	-	**281.864**
2028	97.342	225.906	-	**323.248**
2029	58.761	10.740	-	**69.501**
2030 a 2032	183.521	1.398	99	**185.018**
Total em 31/12/2025	**905.207**	**488.708**	**99**	1.394.014
Valor Presente	**660.577**	**336.609**	**-**	997.186

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R$ 4.183 das Controladas Mercantil do Brasil Corretora S.A. e Mercantil Admini. Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Resultado antes dos impostos	**123.134**	**228.275**
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes [I]	(55.410)	(100.380)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Participação em controladas	210.381	-
Juros sobre o capital próprio	-	58.407
Efeitos permanentes transação tributária [II]	454.800	490.279
Outros valores	20.410	96.804
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**630.181**	**545.110**

[I] Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais Instituições Financeiras e 9% paras as empresas comerciais que compõem o Consolidado.
[II] Refere-se, ao valor dos descontos, juros e multas não dedutiveis decorrentes da Transação Tributária celebrada com a PGFN e RFB em 23 de dezembro de 2025 (vide nota nº 18.8).

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	Dez/25	
	Banco	Consolidado
Transação Tributária [I]	671.321	686.777
IRPJ/CSLL	-	11.882
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	32.667	40.004
PIS	4.352	6.003
COFINS	26.781	34.655
Outros	33.542	35.601
Total - Circulante	**768.663**	**814.922**

[I] Refere-se ao saldo a pagar da Transação Tributária em 31 de dezembro de 2025 (vide nota nº 18.8).

9. Outros valores e bens

9.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado

Descrição	Custo	Provisão	Dez / 2025
Imóveis	64.341	(17.471)	46.870
Total	**64.341**	**(17.471)**	**46.870**

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado:

Descrição	Imóveis
Saldo em 01/01/2025	**51.740**
Adições	-
Baixas	(4.600)
(-) Constituição / (+) Reversão de Provisão	(270)
Saldo em 31/12/2025	**46.870**

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

9.2. Investimentos mantidos para venda

Banco	Dez / 2025
Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MBC") [I] (vide nota nº 11)	18.962
Total	**18.962**

[I] O Banco realizou a reclassificação do saldo do Investimento na MBC. O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi celebrado em 18 de dezembro de 2025 e o fechamento da Operação ocorreu em 14 de janeiro de 2026. O investimento mantido para venda foi avaliado pelo valor do patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2025. O valor justo mensurado considerando o valor patrimonial na data da celebração do contrato e o preço da Operação superou o patrimônio líquido da MBC. Nenhum valor foi registrado como provisão para perda.

10. Outros Ativos

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº15.b)	121.678	139.457
Despesas antecipadas (vide nota nº10.1.)	129.028	137.867
Cartão de Crédito[I]	62.452	62.461
Devedores Diversos-País	32.081	58.150
Outros	43.936	30.839
Total	**389.175**	**428.774**
Circulante	165.744	180.990
Não circulante	223.431	247.784

[I] Refere-se, aos valores a receber, referente a compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Propaganda e publicidade [I]	83.175	83.175
Serviços do Sistema Financeiro	17.402	17.402
Seguros [II]	10.999	11.246
Demais despesas antecipadas [III]	17.452	26.044
Total	**129.028**	**137.867**
Circulante	27.819	30.083
Não circulante	101.209	107.784

[I] Refere-se, basicamente, aos recursos aplicados na aceleração de negócios por de meios digitais na originação de operações de crédito no montante de R$ 48.175 mil, e o restante do saldo refere-se a contratação de propagandas institucionais ainda não veículadas. Cabe ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2025 a nova originação através de meios digitais passou a compor a taxa efetiva de juros da carteira de crédito.
[II] Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.
[III] Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. Investimentos

11.1. Participações em sociedades controladas diretamente

Empresas [I]	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Total de ações		Participação	Resultado Ajustado	Dez / 2025	
			ON	PN	%		Resultado de Participações em Controladas	Valor dos Investimentos
Financeira	307.464	589.982	23.631	15.440	95,31	31.453	**29.978**	**562.312**
BMI	82.028	142.434	4.042	423	92,53	10.396	**9.619**	**131.794**
MBC [II]	-	-	-	-	-	(2.954)	**(2.954)**	**-**
MBD	19.250	22.364	113	-	100,00	465	**465**	**22.364**
Bem Aqui	106.929	128.314	14.648	-	100,00	220.043	**220.043**	**128.314**
Marketplace	133.300	182.291	43.000	-	100,00	383.858	**380.760**	**182.291**
DOMO	11.500	10.329	9.775	-	85,00	1.182	**1.005**	**8.780**
SANSA	8.770	4.423	6	-	0,43	(622)	**(3)**	**19**
COSEFI	18.408	28.869	11.548	-	20,23	1.907	**386**	**5.841**
Total							**639.299**	**1.041.715**

[I] Empresas que tiveram as suas demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31/12/2025 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Mercantil.

[II] Em 18 de dezembro de 2025, O Banco Mercantil celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Mercado Bitcoin, por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação da totalidade das ações da Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM. ("MBC"). O preço da Operação é equivalente a 1,4 múltiplo o patrimônio líquido da MBC na data de fechamento da Operação. Em dezembro de 2025, a MBC deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda pelo valor do patrimônio líquido. Em 14 de janeiro de 2026, a operação de venda foi concluída.

11.2. Outros Investimentos

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
CIP S.A. (I)	16.286	16.286
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. (II)	-	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	-	1.940
Outros	226	347
Total	**16.512**	**23.073**

(I) Nome fantasia: Nuclea.

(II) Aquisição da participação indireta pela Controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A. de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, correspondendo a uma participação indireta de 9,25% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., aprovada pelo Bacen em 25/06/2025.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Banco	Taxa	Custo	Depreciação	Dez / 2025
Imobilizado de uso				
Equipamentos de processamento de dados	20%	227.311	(168.021)	**59.290**
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	113.679	(41.233)	**72.446**
Móveis e equipamentos	10%	90.187	(53.564)	**36.623**
Material em estoque	-	589	-	**589**
Total		**431.766**	**(262.818)**	**168.948**

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	Dez / 2025
Imobilizado para Renda	-	**2.984**	**(29)**	**2.955**
Terrenos	-	2.947	-	2.947
Edificações	4%	37	(29)	8
Imobilizado de uso	-	**445.990**	**(264.805)**	**181.185**
Equipamentos de processamento de dados	20%	227.699	(168.061)	59.638
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	126.221	(43.024)	83.197
Móveis e equipamentos	10%	91.471	(53.720)	37.751
Material em estoque	-	599	-	599
Total		**448.974**	**(264.834)**	**184.140**

b) Movimentação do imobilizado próprio

Banco	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Material em estoque	Total
Saldo em 01/01/2025	**55.255**	**58.693**	**30.109**	**49**	**144.106**
(+) Adições	27.399	31.197	13.494	1.531	**73.621**
(+/-) Transferência	(9)	886	11	(888)	-
(-) Baixas	(9.282)	(16.712)	(13.026)	(103)	**(39.123)**
(-) Depreciação no período	(23.285)	(18.287)	(6.966)	-	**(48.538)**
(-) Baixas de Depreciação	9.212	16.669	13.001	-	**38.882**
Saldo em 31/12/2025	**59.290**	**72.446**	**36.623**	**589**	**168.948**

Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipa-mentos	Imobilizado para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 01/01/2025	**55.255**	**63.249**	**30.708**	**2.957**	**507**	**152.676**
(+) Adições	27.770	38.803	13.639	-	1.531	**81.743**
(+/-) Transferência	(9)	803	542	-	(1.336)	**-**
(-) Baixas	(9.282)	(16.736)	(13.070)	-	(103)	**(39.191)**
(-) Depreciação no período	(23.309)	(19.593)	(7.071)	(2)	-	**(49.975)**
(-) Baixas de Depreciação	9.213	16.671	13.003	-	-	**38.887**
Saldo em 31/12/2025	**59.638**	**83.197**	**37.751**	**2.955**	**599**	**184.140**

12.2. Imobilizado de arrendamento

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Custo	446.692	493.664
Depreciação [I]	(50.853)	(52.685)
Total	**395.839**	**440.979**

[I] A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	Banco	Consolidado
Saldo em 01/01/2025	**-**	**-**
(+) Adições	766.662	859.698
(-) Baixas	(319.969)	(366.034)
(-) Depreciação no período	(100.200)	(105.135)
(-) Baixas de Depreciação	49.346	52.450
Saldo em 31/12/2025	**395.839**	**440.979**

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Banco	Taxa	Custo	Amortização	Dez / 2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	230.177	(88.029)	**142.148**
Licenças e Direitos de uso[I]	-	104.117	(37.241)	**66.876**
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(2.911)	**690**
Outros Intangíveis	20%	1.249	(10)	**1.239**
Total		**339.144**	**(128.191)**	**210.953**

[I] Amortização conforme prazo do contrato.

Consolidado	Taxa	Custo	Amortização	Dez / 2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	231.862	(88.121)	**143.741**
Licenças e Direitos de uso[I]	-	104.135	(37.247)	**66.888**
Sistemas de Segurança	20%	3.601	(2.911)	**690**
Outros Intangíveis	20%	1.249	(10)	**1.239**
Total		**340.847**	**(128.289)**	**212.558**

[I] Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível:

Banco	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 01/01/2025	**123.890**	**39.088**	**1.365**	**197**	**164.540**
(+) Adições	56.900	63.649	59	1.046	**121.654**
(+/-) Transferência	3	-	(3)	-	**-**
(-) Baixas	(117.677)	(23.487)	(5.989)	-	**(147.153)**
(-) Amortização no período	(37.942)	(35.861)	(731)	(4)	**(74.538)**
(+) Baixas de Amortização	116.974	23.487	5.989	-	**146.450**
Saldo em 31/12/2025	**142.148**	**66.876**	**690**	**1.239**	**210.953**

Consolidado	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 01/01/2025	**123.989**	**39.088**	**1.365**	**197**	**164.639**
(+) Adições	58.477	63.667	59	1.046	**123.249**
(+/-) Transferência	3	-	(3)	-	**-**
(-) Baixas	(117.677)	(23.487)	(5.989)	-	**(147.153)**
(-) Amortização no período	(38.025)	(35.867)	(731)	(4)	**(74.627)**
(+) Baixas de Amortização	116.974	23.487	5.989	-	**146.450**
Saldo em 31/12/2025	**143.741**	**66.888**	**690**	**1.239**	**212.558**

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2025
À Vista	405.782	-	-	**405.782**
Poupança	105.612	-	-	**105.612**
Interfinanceiros	30.653	15.009	170.358	**216.020**
A Prazo	3.248.500	6.020.868	11.327.666	**20.597.034**
Outros	10.571	-	-	**10.571**
Total	**3.801.118**	**6.035.877**	**11.498.024**	**21.335.019**

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2025
À Vista	398.707	-	-	**398.707**
Poupança	105.612	-	-	**105.612**
Interfinanceiros	30.653	15.009	170.358	**216.020**
A Prazo	3.264.540	6.017.105	11.107.315	**20.388.960**
Outros	12.204	-	-	**12.204**
Total	**3.811.716**	**6.032.114**	**11.277.673**	**21.121.503**

14.2. Captação no Mercado Aberto

Descrição	Banco
	Dez / 2025
Carteira Própria	12.857
Carteira de Terceiros	30.142
Total - Circulante	**42.999**

14.3. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2025
Letras Financeiras	54.875	1.676.475	3.857.058	**5.588.408**
Total	**54.875**	**1.676.475**	**3.857.058**	**5.588.408**

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2025
Letras Financeiras	54.875	1.676.475	3.857.058	**5.588.408**
Debêntures	-	193.367	1.390.204	**1.583.571**
Letras de Crédito do Agronegócio	20.740	5.022	-	**25.762**
Total	**75.615**	**1.874.864**	**5.247.262**	**7.197.741**

14.4. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	Dez / 2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	519.549	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	237.858	261.877
Total			**949.675**
Circulante			95.228
Não circulante			854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R$ 423.117 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Despesas com operações de captação no mercado	**3.693.202**	**3.497.395**
Depósitos	2.661.089	2.577.834
Despesas de LCA, LCI e LF	703.833	704.811
Despesas de Debêntures	-	172.941
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	288.264	9.556
Operações compromissadas	12.353	4.471
Outras	27.663	27.782
Operações de Empréstimos e Repasses	**15.767**	**15.767**
Total	**3.708.969**	**3.513.162**

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.

- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Cíveis	173.215	179.326
Trabalhistas	67.670	67.988
Fiscais [(I)]	62.912	75.484
Total – Não circulante	**303.797**	**322.798**

[(I)] Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:
- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 01/01/2025	**116.561**	**90.596**	**59.685**	**266.842**
Constituição / (Reversão)	208.089	31.530	(195)	**239.424**
Atualização Monetária	5.924	7.755	3.127	**16.806**
Liquidações / Atualização de depósitos	(157.359)	(62.211)	295	**(219.275)**
Saldos em 31/12/2025	**173.215**	**67.670**	**62.912**	**303.797**
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	**19.936**	**28.627**	**73.115**	**121.678**

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 01/01/2025	**123.322**	**91.398**	**84.583**	**299.303**
Constituição / (Reversão)	213.908	31.635	(450)	**245.093**
Atualização Monetária	6.060	7.786	4.134	**17.980**
Liquidações / Atualização de depósitos	(163.964)	(62.831)	(12.783)	**(239.578)**
Saldos em 31/12/2025	**179.326**	**67.988**	**75.484**	**322.798**
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	**22.768**	**29.595**	**87.094**	**139.457**

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e detém ações tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não havia provisões constituídas, em observância à Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis, no Banco e Consolidado, posicionam-se em R$ 14.522. As ações tributárias, no Banco, totalizam R$ 4.274, Consolidado R$ 6.999.

Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF - 06) que deu

provimento à remessa necessária à apelação da Fazenda Nacional no julgamento do processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800. Tal julgamento reverteu uma das sentenças favoráveis que havia reconhecido a coisa julgada do Banco e lhe garantia a não incidência de COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98. Contra tal decisão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram admitidos pelo TRF - 06 em 17 de dezembro de 2024, atribuindo efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão. Em virtude dessa decisão, o Banco reclassificou o risco de perda do referido processo de remoto para possível. Não obstante a classificação de riscos aqui relatados, o Banco optou por adotar uma solução definitiva para o encerramento de 96% dos litígios de natureza tributária. Assim, em 23 de dezembro de 2025, o Banco celebrou transação tributária individual conjunta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais relacionados às controvérsias (i) sobre a incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/1998 e (ii) sobre incidência de IR/CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial - IPC 89. (Vide Nota Explicativa nº 18.8.).

16. Outros Passivos

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos[I]	414.401	460.390
Obrigações por Convênios Oficiais	198.161	198.161
Sociais e Estatutárias	283.278	313.194
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.495	7.496
Provisão para Pagamentos a Efetuar	96.550	100.120
Credores Diversos	171.794	190.752
Cartão de Crédito [II]	66.344	66.344
Provisão para despesas administrativas	92.781	121.871
Outros	39.973	13.939
Total	**1.370.777**	**1.472.267**
Circulante	1.093.375	1.195.284
Não circulante	277.402	276.983

[I] Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativamente aos Bens de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

[II] Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Banco	Dez / 2025	
	Quantidade	R$ mil
Ações Ordinárias	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	**104.831.580**	**807.203**
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	**104.483.080**	**803.373**

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Eventos Subsequentes do Aumento de Capital

a) Resultado do Exercício do Direito de Preferência

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 02 de fevereiro de 2026 ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, a serem emitidas pela Companhia, ao preço de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

b) Subscrição de Sobras das Ações não Subscritas no Exercício do Direito de Preferência

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais, setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais, quarenta e oito centavos), sendo o montante de R$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta quatro reais e vinte centavos) apropriados ao capital social e o montante de R$ 352.996.819,28 (trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) sendo apropriados à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu ao Conselho de Administração da Companhia que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

Após a aprovação pelo BACEN, o capital social da Companhia passará de R$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e

com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais, vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte oito mil, seiscentas e vinte seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos).

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.com.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. Conforme mencionado na nota Eventos Subsequentes do Aumento de Capital, o valor de R$ 352.996.819,28 será apropriado à reserva de capital elevando o saldo de R$ 43.374.979,60 para o montante de R$ 396.371.748,88.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	Dez / 2025	%
Lucro líquido do período	753.315	
(-) Reserva Legal	(37.666)	
Base de Cálculo	**715.649**	
Dividendos deliberados, pagos e provisionados (I) (II)	**185.029**	**25,9**

(I) Dividendos deliberados em 23/12/2025 no montante de R$ 180.000 e pagos em 14/01/2026.
(II) Dividendos deliberados e provisionados em 31/12/2025 e deliberados em 03/03/2026 no montante de R$ 5.029.

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria. O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2025
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	**104.483.080**
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	**104.483.080**
Lucro básico atribuível (em R$ mil)	**469.768**	**283.547**	**753.315**
Lucro básico por ação	**7,2099**	**7,2099**	**7,2099**

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Renda de Intermediação de negócios [1]	-	759.769
Tarifas bancárias	159.942	160.252
Cartão de crédito – Intercâmbio	21.776	21.776
Rendas de serviços prestados a ligadas	10.454	-
Serviços de arrecadação	6.029	6.029
Administração de fundos de investimentos	-	2.792
Cobrança	2.486	2.486
Outros	747	2.772
Total	**201.434**	**955.876**

[1] Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados através de Empresas Controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Proventos	337.941	362.664
Encargos sociais	124.534	142.705
Benefícios	109.818	115.967
Honorários	98.921	147.513
Participações no lucro	57.497	59.648
Total	**728.711**	**828.497**

18.3. Despesas administrativas

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Serviços de terceiros	485.131	462.896
Processamento de dados	295.564	280.957
Amortização e depreciação	223.276	229.737
Comissão de Originação	65.383	77.097
Propaganda, publicidade e publicações	115.839	116.660
Transportes	50.054	50.323
Materiais, manutenção e conservação de bens	36.882	38.907
Seguros	30.088	30.898
Serviços do sistema financeiro	26.336	27.006
Água, Energia e Gás	14.831	15.325
Comunicações	13.248	13.348
Outras	50.223	56.200
Total	**1.406.855**	**1.399.354**

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Transação Tributária (Principal) [I]	675.832	721.881
COFINS	193.056	247.120
PIS	31.118	42.375
ISSQN	10.475	30.973
Outros tributos	14.023	18.504
Total	**924.504**	**1.060.853**

[I] Refere-se ao valor do principal da Transação Tributária celebrada pelo Banco (vide nota nº 18.8).

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Variações monetárias ativas	38.355	63.030
Recuperação de encargos e despesas	59.680	60.850
Reversão de provisões	2.558	2.566
Outras receitas operacionais	16.778	18.623
Total	**117.371**	**145.069**

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Direito de pagamento de benefícios previdenciários [I]	807.609	807.609
Transação Tributária (Juros e Multas) [II]	312.465	342.929
Despesas de caráter eventual [III]	67.357	70.589
Variações monetárias passivas	16.806	17.980
Outras despesas [IV]	297.921	293.779
Total	**1.502.158**	**1.532.886**

[I] Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.
[II] Refere-se ao valor dos juros e multas da Transação Tributária celebrada pelo Banco (vide nota nº 18.8).
[III] Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.
[IV] Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Dez / 2025	
	Banco	Consolidado
Cíveis	(208.089)	(213.908)
Trabalhistas	(31.530)	(31.635)
Fiscais	195	450
Total	**(239.424)**	**(245.093)**

18.8. Resultados não recorrentes

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, o Banco apresenta os eventos que, por sua natureza e frequência, não são considerados como parte das atividades típicas da Instituição. Destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente consolidado, líquido dos efeitos fiscais:

Consolidado	Recorrente	Não Recorrente (I)	Não Recorrente (II)	Contábil
Receitas da Intermediação Financeira	8.259.522	-	-	8.259.522
Despesas da Intermediação Financeira	(3.513.162)	-	-	(3.513.162)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	**4.746.360**	-	-	**4.746.360**
(-) Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(552.347)	-	-	(552.347)
Resultado Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros	**4.194.013**	-	-	**4.194.013**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(2.895.876)	(1.069.862)	-	(3.965.738)
Receita de Prestação de Serviços	955.876	-	-	955.876
Despesas de Pessoal	(828.497)	-	-	(828.497)
Outras Despesas Administrativas	(1.401.534)	(5.053)	-	(1.406.586)
Despesas Tributárias	(338.972)	(721.881)	-	(1.060.853)
Outras Receitas Operacionais	145.068	-	-	145.068
Outras Despesas Operacionais	(1.182.724)	(342.928)	-	(1.525.653)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(245.093)	-	-	(245.093)
Resultado antes dos impostos	**1.298.137**	**(1.069.862)**	-	**228.275**
IR e CS	(269.557)	966.464	(151.797)	545.110
Participações dos não Controladores	(20.455)	385	-	(20.070)
Lucro Líquido	**1.008.125**	**(103.013)**	**(151.797)**	**753.315**

(I) Refere-se à Transação Tributária não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias: (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89. Em decorrência do acordo, os saldos de ativos fiscais registrados como "impostos a compensar", vinculados a tais controvérsias, foram baixados do ativo e reconhecidos no resultado do período, em consonância com os critérios contábeis aplicáveis. Essa transação resultou no pagamento à vista de R$ 1.059.169 mil, após os trâmites de consolidação de contas pela PGFN e RFB (sendo que R$ 370.042 mil foram pagos já em dezembro de 2025 e o restante liquidado dia 26/01/26 quando da emissão da DARF pela PGFN). Adicionamente, houve a baixa do saldo do ativo a recuperar da COFINS da Lei 9.718/98 no montante de R$ 9.712 mil. Os efeitos contábeis decorrentes da transação foram reconhecidos no exercício social de 2025.
(II) Reversão de JCP no montante de R$ 130.991 mil e perdas de benefícios fiscais em decorrência da base de imposto negativa em virtude da Transação Tributária no montante de R$ 20.806.

A Transação Individual foi firmada com amparo na Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros, vide notas explicativas nº 8.1. (Ativos Fiscais Correntes - Impostos a compensar) e nº 15.c (Passivos Contingentes).

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	dez/25
Aplicações em DI (I)		**367.076**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários (II)		**424.909**
OPEA	24/10/2035	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (III)		**861**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/01/2026	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/01/2026	131
COSEFI	31/01/2026	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/01/2026	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/01/2026	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/01/2026	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/01/2026	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/01/2026	77
Mercantil Financeira S.A.	31/01/2026	407
SANSA	31/01/2026	3
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/01/2026	10
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/01/2026	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/01/2026	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/01/2026	10
Viva Notícias Ltda.	31/01/2026	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/01/2026	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/01/2026	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/01/2026	10
Dividendos / JCP a Receber		**15.342**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	110
COSEFI	Sem prazo	92

(I) Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.
(II) Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.
(III) Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

Passivo	Prazo máximo	Dez/25
Depósitos [I]		**(940.494)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(85.231)
COSEFI	-	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(982)
SANSA	-	(2.532)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(11.409)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(11.539)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(14.479)
Pessoal Chave da Administração	-	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		**(42.998)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(8.566)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(21.575)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão [II]		**(1.832.936)**
OPEA	24/10/2035	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		**(28.410)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/01/2026	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/01/2026	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/01/2026	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	31/01/2026	(419)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/01/2026	(133)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/01/2026	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/01/2026	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/01/2026	(300)
Viva Notícias Ltda.	31/01/2026	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/01/2026	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/01/2026	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/01/2026	(173)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos [III]		**(2.874)**
Pessoal Chave da Administração	-	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital [IV]		**(7.420)**
Pessoal Chave da Administração	-	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		**(117.377)**
Pessoal Chave da Administração	-	(117.377)

[I] Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.
[II] Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.
[III] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.
[IV] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

Receitas / (Despesas)	Dez/25
Resultado da Intermediação Financeira [I]	**(386.027)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	47.973
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	(33.425)
COSEFI	(3.761)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(763)
MB FII	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(708)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	(1.339)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(2.838)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(48.489)
Mercantil Financeira S.A.	(85)
OPEA	(278.842)
SANSA	(327)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(1.412)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(1.428)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(1.984)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(2.055)
Viva Notícias Ltda.	(1.086)
Assistência Pet Nacional Ltda.	(464)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(196)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(439)
Pessoal Chave da Administração	(54.329)
Receitas de Prestação de Serviços [II]	**10.495**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	938
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	1.596
COSEFI	320
Domo Digital Tecnologia S.A.	128
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	83
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	313
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	347
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	944
Mercantil Financeira S.A.	5.148
SANSA	38
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	120
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	120
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	120
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	120
Viva Notícias Ltda.	50
Assistência Pet Nacional Ltda.	60
Assistência Conecta Saúde Ltda.	20
Total Assistência Previdenciária Ltda.	30
Outras Despesas Administrativas	**(74.051)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.[III]	(36.752)
Domo Digital Tecnologia S.A. [IV]	(36.898)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	(299)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(102)
Outras Despesas Operacionais	**(11.841)**
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(141)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(2.446)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(2.478)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(2.474)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(2.756)
Viva Notícias Ltda.	(1.546)

(I) Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.
(II) Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.
(III) Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.
(IV) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 145.000.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 18.2.).

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*,

englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	Dez / 2025
Patrimônio de Referência - PR	**2.566.562**
Patrimônio de Referência Nível I	**2.126.814**
Capital Principal – CP	1.864.937
Capital Complementar - CC	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	**439.748**
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	**18.966.362**
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	16.925.922
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.001.459
Índice de Basileia	**13,5%**
Capital de Nível I	**11,2%**
Capital Principal	**9,8%**

Conforme amplamente divugado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) comunicou o aumento de capital privado de R$ 300.000 a R$ 500.000 visando a continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração homologou o aumento de Capital de R$ 498.504 já integralizados no Banco atingindo o seu objetivo inicial (vide nota explicativa n.º 17.1.). Estes recursos, serão computados no índice de Basileia após homologação pelo Bacen.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 19,32%.

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS *(Risk Appetite Statement)*, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital

econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking)*.

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias *(commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress)*.

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de hedge para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

-- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.423.798**	**1.344.619**	**79.179**	**-**	**1.423.798**
Títulos e Valores Mobiliários	1.423.798	1.344.619	79.179	-	**1.423.798**
Ao valor justo por meio do resultado	**88.141**	**-**	**8.658**	**79.483**	**88.141**
Títulos e Valores Mobiliários	88.141	-	8.658	79.483	**88.141**
Ao custo amortizado	**29.986.672**	**1.185.771**	**29.923.041**	**1.272.282**	**32.381.094**
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.185.771	1.185.771	-	-	**1.185.771**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.236.643	-	5.236.643	-	**5.236.643**
Títulos e Valores Mobiliários	630.199	-	-	630.199	**630.199**
Operações de Crédito e Outros Créditos	22.714.833	-	24.686.398	422.857	**25.109.255**
Outros Ativos Financeiros	219.226	-	-	219.226	**219.226**
Total em 31/12/2025	**31.498.611**	**2.530.390**	**30.010.878**	**1.351.765**	**33.893.033**

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Total
Ao custo amortizado	**30.601.989**	**504.319**	**1.544.594**	**28.553.076**	**30.601.989**
Depósitos	21.121.503	504.319	216.020	20.401.164	**21.121.503**
Relações Interfinanceiras	98.466	-	98.466	-	**98.466**
Obrigações por Operações de Cessão	1.230.108	-	1.230.108	-	**1.230.108**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.197.741	-	-	7.197.741	**7.197.741**
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	949.675	-	-	949.675	**949.675**
Outros Passivos Financeiros	4.496	-	-	4.496	**4.496**
Total em 31/12/2025	**30.601.989**	**504.319**	**1.544.594**	**28.553.076**	**30.601.989**

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,95% ao ano.

- **Cenário II**: Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2025 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 17,26% ao ano.

- **Cenário III**: Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2025 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,71% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada[(I)]	Operações de Crédito (ponta ativa)	15.079	(363.311)	(702.090)
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(15.067)	363.044	701.594
		Efeito Líquido	**12**	**(267)**	**(496)**
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(27)	(1.373)	(2.746)
		Nota Comercial	(21)	(1.039)	(2.077)
		CDCA	(41)	(2.054)	(4.108)
		CRI	(371)	(4.397)	(8.793)
		CRA	(670)	(13.113)	(26.227)
	Cota de Fundo	FIDC	114	(3.057)	(6.110)
		FIAGRO	5	(323)	(642)
Total com correlação			**(999)**	**(25.623)**	**(51.199)**
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			**(549)**	**(14.093)**	**(28.159)**

[(I)] A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e

avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa,

cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

d) Demonstrações Financeiras em IFRS - A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*). De acordo com a norma, todas as instituições devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 31 de dezembro de 2025 simultaneamente a estas informações no *site* (www.bancomercantil.com.br.), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br.), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

23. Eventos societários subsequentes

Alienação de Investimento

Em 14 de janeiro de 2026, o Banco ("controlador") concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "Controlada"), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de mercado e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis. A autorização da transferência do controle societário dessa instituição foi publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2026 . Em cumprimento às normas em vigor, a operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil nos termos do Oficio nº 34276/2025–BCB/DEORF/GTSP3 PE 279128 de 18/12/2025. A referida operação representa aproximadamente 0,08% do ativo total e 1,0% do patrimônio líquido do Banco, com base nas posições de 31 de dezembro de 2025. Com a baixa do investimento, a partir da data da alienação, a referida controlada deixou de integrar as demonstrações consolidadas do Banco, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A operação gerou um ganho de 1,4 múltiplo sobre o patrimônio líquido em 31/12/2025.

Oferta pública de aquisição de ações para fechamento de capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Em 23 de setembro de 2025 o Banco Mercantil (Ofertante) decidiu realizar uma oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, visando o cancelamento de seu registro de companhia aberta como emissora de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, a sua saída do segmento básico de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Oferta" ou "OPA", respectivamente). A motivação está relacionada principalmente aos benefícios relativos à manutenção da Mercantil Financeira como companhia aberta deixaram de ser proporcionais às obrigações daí decorrentes, em razão: (i) da baixa liquidez das ações de emissão da Mercantil Financeira devido à quase ausência de negociação das ações de sua emissão em ambiente de mercado administrado pela B3; (ii) dos elevados custos de observância da regulamentação aplicável para manutenção do seu registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A" da CVM; e (iii) da administração da Mercantil Financeira não ter a intenção de acessar o mercado de valores mobiliários para financiar as suas atividades no curto, médio e longo prazos. Após passar por todos os tramites regulatórios a Ofertante adquiriu 80.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 0,33% do total de ações ordinárias, e 218.742 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,29% do total de ações preferenciais. Essas ações representam, em conjunto, 298.742 ações, equivalente a: (i) aproximadamente 0,73% do capital social da Companhia; e (ii) aproximadamente 15,54% do total de Ações em Circulação (conforme definido no item 2.1 do Edital). As ações foram adquiridas pelo preço à vista de R$ 15,72 por ação, totalizando o valor de R$ 4.696.224,24.

A Ofertante passará a ser a titular, diretamente, de 23.710.703 ações ordinárias de emissão da Companhia e de 15.658.908 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 96,03% do seu capital social total.

Além disso, tendo em vista a conclusão da OPA com o atingimento do quórum de sucesso, e o fato de que as Ações em Circulação atualmente representam menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, a Companhia e o Ofertante darão prosseguimento aos atos necessários para a implementação do cancelamento de registro da Companhia perante a categoria "A" na CVM e a consequente saída da Companhia do segmento básico de listagem da B3, bem como será convocada oportunamente assembleia geral de acionistas da Companhia para aprovar o resgate compulsório das Ações em Circulação remanescentes, nos termos do item 6.3 do Edital. As ações de emissão da Companhia permanecerão em negociação no segmento básico de listagem da B3 até a aprovação do resgate compulsório ou a conclusão do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, o que ocorrer primeiro.

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcelo Rezende Amorim
Taise Christine da Cruz
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Diretor Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues
Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Diretores
Lucas Lopes Kubiaki
Rodrigo de Araújo Simões

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – "Banco"**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **Banco**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 3 de março de 2026.

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo (CEO)
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores
Lucas Lopes Kubiaki
Rodrigo de Araújo Simões

Às 12h40min (doze horas e quarenta minutos) do dia 2 de março de 2026, os conselheiros fiscais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), reuniram-se de forma presencial, na sede do Banco, localizada na Avenida do Contorno, Edifício Statement, nº 5.800, 14º andar, bairro Savassi, em Belo Horizonte/MG, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII e inciso III, da Lei nº 6.404/76. No exercício de suas atribuições legais, os Conselheiros procederam ao exame das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco, elaboradas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN-GAAP) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, as quais foram preparadas em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2019 e nº 4.966/2021, bem como do Relatório Anual da Administração, devidamente elaborado nos termos da Lei nº 15.177/2025. Foi igualmente analisado o "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras – 2025", emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers ("PwC"), bem como o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020. Adicionalmente, os Conselheiros examinaram a proposta da Administração relativa à destinação do resultado do exercício de 2025, incluindo o pagamento de dividendos complementares, tendo verificado sua conformidade com a legislação societária e com o Estatuto Social do Banco.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração acerca dos controles internos, e à vista do relatório dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers ("PwC"), emitido sem ressalvas, bem como do Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, favoravelmente: (i) às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos demais documentos mencionados neste parecer, por entenderem que se encontram em condições de serem divulgadas e, posteriormente, submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos acionistas; e (ii) à proposta de destinação do lucro líquido do exercício, incluindo o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração e subsequente deliberação pela Assembleia Geral do Banco.

Belo Horizonte/MG, 2 de março de 2026.

CONSELHO FISCAL
Euler Luiz de Oliveira Penido
Yehuda Waisberg
Ângela Mourão Cançado Juste
Taise Christine da Cruz
Marcelo Rezende Amorim

Em linha com as responsabilidades inerentes ao Comitê de Auditoria, os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano de 2025 compreenderam, em suma, reuniões internas e expositivas, análises e discussões com os responsáveis pelas áreas foco de atuação deste Comitê.

Durante este exercício foram realizadas 34 (trinta e quatro) reuniões do Comitê de Auditoria com as áreas de Auditoria Interna; Auditoria Externa; Controladoria e Finanças; Compliance, PLD e LGPD; Riscos Operacionais e Controles Internos; Riscos Financeiros; Risco Socioambiental e Climático; Ouvidoria; Jurídico; e Conduta, além das reuniões do próprio Comitê.

Durante esses trabalhos, verificamos que a visão de processos com foco nos riscos permanece disseminada e padronizada, contando com a participação das auditorias interna e independente, além das áreas de controle. Dentro da nossa dinâmica de análise, os riscos entendidos como prováveis, a partir dessas avaliações, foram refletidos nas demonstrações financeiras.

O Banco continua adotando postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. A RAS – Declaração de Apetite a Riscos, instrumento de gestão que reflete o apetite a risco da instituição, mostra-se efetiva em seu objetivo de fornecer uma avaliação quantitativa do tema. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de especialistas externos e outros profissionais cuja opinião técnica seja julgada relevante. Nossas análises encontraram um cenário adequado nos processos de administração de riscos.

Consideramos que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidas e continuam sendo praticadas de acordo com as orientações corporativas. Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios elaborados pelos auditores independentes, concluímos que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Não temos conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas informações.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, após análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, opinou, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Banco e de suas controladas, e, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A..

Belo Horizonte, 2 de março de 2026.

Glaydson Ferreira Cardoso
Coordenador e Membro Especialista do Comitê de Auditoria

Lauro Wilson da Silva
Membro do Comitê de Auditoria

Leonardo Ferreira Antunes
Membro do Comitê de Auditoria



BANCO
MERCANTIL